



TESE SOBRE ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO PARA A XIX PLENÁRIA NACIONAL DO FNDC

1. Traçar os desafios que estão colocados para a luta pela democratização da comunicação no país, para os próximos dois anos, requer um olhar atento para a atual conjuntura política nacional e internacional. O diálogo entre a pauta específica da comunicação – que na verdade é bastante ampla e transversal – e a conjuntura é fundamental para definir que estratégias o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação vai adotar no biênio 2016/2017 e que ações vai desenvolver em torno dessas estratégias.
2. Também é indispensável assentar a estratégia e o plano de ação num balanço do último período, com o objetivo de, com base em erros e acertos cometidos, avançar no sentido de alcançar conquistas para nosso movimento.
3. Além disso, em 2016, o FNDC completa 25 anos de existência. Uma história de luta em defesa da democracia nos meios de comunicação e no Brasil. O resgate desta trajetória também deve estar no horizonte das ações e das lutas que vamos realizar neste período. Afinal, compreender o passado é fundamental para entender o presente e pensar o futuro.
4. Como mostra o documento de conjuntura, o cenário de crise política e econômica que vivemos – no Brasil e em outros países – nos coloca num quadro de defensiva. A luta hoje é para impedir retrocessos e retirada de direitos. É o momento de ampliar a unidade do movimento social em torno de pautas estratégicas, seja na defesa de conquistas obtidas nos últimos anos ou na busca de obter vitórias pontuais com base na mobilização e explorando contradições que existem no interior do governo e entre os setores conservadores que atuam no Congresso Nacional.
5. Neste contexto, a luta pela democratização dos meios de comunicação, por mais pluralidade e diversidade na mídia brasileira, é estratégica para o enfrentamento de um crise que tem na mídia hegemônica seu elemento propulsor.
6. A disputa de narrativas na sociedade se coloca como elemento central para enfrentar a onda reacionária e conservadora que tem uma dimensão política – a de derrotar políticas públicas de caráter progressistas –, mas que tem uma dimensão cultural perigosa ao impôr uma agenda de ódio e discriminatória – anti-civilizatória até – contra mulheres, negros, índios, LGBT's, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros.
7. Assim, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação deve reafirmar o seu compromisso na luta em defesa da democracia, do Estado Democrático de Direito, dos avanços sociais, culturais, trabalhistas e civilizatórios conquistados no último período, atuando em conjunto com outras entidades e articulações do movimento social brasileiro, na construção da unidade das forças democráticas e populares. Por isso, manter sua participação na Frente Brasil Popular e aprofundar o diálogo com outras iniciativas é fundamental, inclusive, para garantir o avanço das pautas específicas da comunicação. Sem comunicação democrática não há democracia, e num estado de exceção, que viola direitos fundamentais, instrumentos democráticos de comunicação não têm ambiente para se desenvolverem.



8. Por isso, o centro da estratégia do FNDC – atuando em unidade com outras organizações – além da luta em defesa da democracia, é aglutinar ainda mais atores sociais para pressionar o governo e reivindicar políticas que contribuam para ampliar a diversidade e a pluralidade na mídia e que respeitem o direito à comunicação para todos e todas. Só ampliando nossa mobilização é que poderemos obter conquistas e evitar retrocessos. Para isso, temos que atuar em três frentes prioritariamente:

8.1 Pressão sobre o governo para que seja feita a discussão de um novo marco regulatório para as comunicações, tendo como parâmetros as resoluções da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), no contexto de um processo organizado com seminários, audiências públicas e uma II Confecom. *Regula Já, por mais democracia e diversidade na mídia!* Intensificar a participação do FNDC – nacionalmente e também nos estados e municípios – em espaços institucionais de discussão sobre políticas de comunicação (audiências públicas nos legislativo, mesas multisetoriais de diálogo, fóruns públicos de comunicação).

8.2 Realizar ações nacionais sobre temas da ordem do dia da luta pela democratização da comunicação e em torno de iniciativas regulatórias que independem de nova legislação e devem ser aplicadas para estancar violações cometidas por concessionários dos serviços de rádio e televisão e por empresas de telecomunicação, e para garantir direitos já consagrados, mas negligenciados por empresas e governo. Desenvolver atividades e materiais nacionais e nos estados em torno das comemorações dos 25 anos do FNDC. E ainda: apoiar medidas de fortalecimento da comunicação pública, comunitária, alternativa e independente que no dia a dia são efetivamente os espaços de exercício da pluralidade e diversidade e de disputas de narrativas na sociedade brasileira.

8.3 Consolidação dos comitês do FNDC já existentes e estruturação de novos comitês e organização das entidades filiadas com o objetivo de ampliar a luta por um novo marco regulatório das comunicações, por meio da coleta de assinaturas para o PLIP; apresentação de propostas de políticas públicas locais de comunicação em consonância com as eleições municipais de 2016.

9. Para ampliar o protagonismo das entidades e comitês em torno da luta pela democratização da comunicação é preciso oferecer ação política concreta. A organização se dá quando há tarefas e campanhas a serem desenvolvidas. Neste sentido, as entidades e comitês do FNDC devem aproveitar o ano de eleição municipal para elaborar propostas de políticas públicas locais de comunicação, reunindo os mais amplos setores para debater temas que possam compor uma plataforma a ser apresentada para candidatos aos Executivos e Legislativos municipais. Nesse processo, em que novos ativistas poderão se somar à luta por uma comunicação democrática, realizar atividades de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática. É o momento de retomar com mais intensidade a luta pela criação dos conselhos de comunicação, de discutir critérios para distribuição da verba de publicidade dos municípios, de debate sobre a ampliação de espaços para a comunicação comunitária, de discutir a implantação dos canais da Cidadania, de políticas de acesso livre à internet, de expansão das redes públicas de telecomunicação e de implantação das Cidades Digitais, dentre tantos outros temas que podem contribuir para democratizar a comunicação em nível local.



Muitas agendas, um só objetivo

10. A luta pela democratização da comunicação se desdobra em dezenas de pautas e ações que têm dinâmicas próprias e precisam ser acompanhadas para garantir avanços e conquistas. Quando somadas, podem alterar profundamente o grau de respeito à liberdade de expressão e garantia do direito à comunicação.

11. O FNDC e as entidades do movimento social precisam estar atentos a todas essas agendas, procurando intervir e se posicionar com propostas. Abaixo, vamos elencar algumas dessas pautas e apresentar, de forma resumida, as principais questões que estão em debate.

– Telecomunicação e internet

12. Contra a total privatização das Telecomunicações! Cada vez mais as Telecomunicações ocupam lugar central na sociedade. Com a convergência tecnológica, a prestação de inúmeros serviços públicos, a comunicação, o comércio e o mercado financeiro usam as infraestruturas de Telecomunicações. Portanto, o controle dessas redes é estratégico e um instrumento de poder. No Brasil, até 1995 a exploração dos serviços de Telecomunicação era atividade privativa da União e poderia ser realizada apenas por meio de concessão. Mas a Emenda Constitucional nº 8 alterou este cenário para abrir caminho ao processo de privatização da Embratel e do Sistema Telebras. Em 1997, a Lei Geral de Telecomunicações criou um novo marco legal para o setor, que definiu a existência de serviços de interesse coletivo (essenciais) e os de interesse restrito (não essenciais). Nesta divisão, para garantir o acesso da sociedade aos serviços considerados essenciais (à época apenas a telefonia fixa) foram criados dois regimes jurídicos distintos para a exploração destes serviços. Um regime público – com metas de universalização, modicidade tarifária e regras para garantir a continuidade da prestação do serviço – e um regime privado, onde a atuação das empresas ficaria determinada apenas pelo interesse de mercado, com observância de metas de qualidade. Os serviços essenciais seriam prestados por empresas privadas mediante concessão, com prazo de término e sob as regras definidas pelo regime público. Bem, este preâmbulo é para chamar a atenção para a principal pauta da agenda das Telecomunicações neste período: enfrentar a investida privatista contra o setor. Por pressão do segmento empresarial, que quer menos regras para aumentar lucros, o governo está elaborando uma proposta de alteração do atual modelo legal de Telecomunicações no país, que acaba com as concessões, transformando as licenças em autorizações, sem prazo para término e acabando com o regime público – portanto sem instrumentos legais de regulação para garantir o interesse público. A proposta vai de encontro com a bandeira da Campanha Banda Larga é Um Direito Seu de incluir a prestação do serviço de Internet em Banda Larga no Regime Público para garantir a sua universalização. Além disso, é uma etapa mais aprofundada da privatização do setor, já que o Estado não terá mais instrumentos regulatórios para garantir o interesse público.

13. Marco Civil da Internet: seguir na luta para impedir que a regulamentação da Lei aprovada viole o princípio da neutralidade da rede. Denunciar práticas das empresas que atentam contra o MCI, como o zero-rating. Seguir na defesa da privacidade na internet. Denunciar as iniciativas parlamentares que atentam contra o internauta, como o PL espião (PL 215-2015) e outros projetos que tentam mutilar o MCI.



– Radiodifusão Comunitária

14. Além da pauta histórica do movimento contra a criminalização e pela anistia dos radiodifusores comunitários perseguidos e condenados, dos debates sobre a sustentabilidade da atividade das rádios comunitárias e da necessidade de fortalecer este espaço indispensável para a promoção do direito à comunicação, a pauta conjuntural do movimento de radiodifusão comunitária que merece atenção é a digitalização do sinal do rádio. Precisamos participar ativamente das discussões sobre a digitalização do sinal do rádio e impedir que a radiodifusão comunitária e pública sejam alijadas e prejudicadas diante dos interesses das rádios comerciais.

– Radiodifusão Pública

15. O FNDC tem tratado com prioridade a luta pelo fortalecimento da comunicação pública, por compreender que este é um campo estratégico para a efetiva promoção da diversidade e pluralidade nos meios de comunicação. Participamos de todos os debates e lutas nacionais e locais em defesa da comunicação pública e contra o seu desmonte, como no caso da Fundação Padre Anchieta e da Fundação Piratini.

16. Empresa Brasil de Comunicação (EBC): acompanhamos com preocupação a evolução dos problemas envolvendo a gestão da EBC, que teve o seu corpo diretivo substituído mais uma vez recentemente, numa sinalização da fragilidade do seu caráter público e até do comprometimento do seu projeto original. Neste sentido, é preciso fortalecer o Conselho Curador da EBC como espaço de articulação da sociedade civil e de discussão no sentido de preservar o seu caráter público. Além disso, é fundamental ampliar o debate e a pressão sobre o governo para impedir o tráfico de influências e ingerências do governo na EBC.

17. Canal da Cidadania: incentivar a implantação do Canal da Cidadania da TV Digital (aberta), principalmente nas cidades e municípios de maior densidade populacional, estimulando a organização das entidades da sociedade civil local em associações, para se credenciarem para a futura gestão destes canais. Vale ressaltar que a reserva de um Canal da Cidadania para emissoras comunitárias é uma conquista no sentido de fortalecer as tevês comunitárias e colocá-las em sinal aberto. Isso vai demandar uma luta, buscando a criação de mecanismos de financiamento para as tevês comunitárias, ampliar o protagonismo da sociedade civil nestes espaços.

18. Canal da Saúde, Educação e Cultura: acompanhar a implantação destes canais exigindo que sejam criados mecanismos de gestão transparentes e com participação social para garantir a preservação do caráter público destes canais.

– Radiodifusão Comercial

19. Denunciar os políticos concessionários de rádio e televisão e fortalecer as iniciativas, como a do Ministério Público Federal neste campo.

20. Denunciar o arrendamento e a transferência das concessões de rádio e televisão comercial.



– Fortalecer a mídia livre e alternativa

21. Defender a mídia alternativa, livre e independente e denunciar a sua judicialização, que é uma forma de cercear a liberdade de expressão.

22. Defender a criação de políticas pública para o financiamento da mídia alternativa.

– Defesa dos direitos humanos nos meios de comunicação

23. Denúncia dos programas policialescos, que incitam a violência e a discriminação.

24. Denúncia dos programas que violam direitos humanos.

25. Defesa da vinculação horária da Classificação Indicativa, que encontra-se em discussão no Supremo Tribunal Federal.

– Defesa da atividade profissional do jornalista

26. Denunciar os crimes cometidos contra os jornalistas no exercício de sua profissão.

27. Contra a precarização das relações de trabalho.

28. Denunciar a perseguição e a violência contra comunicadores.

– Defesa do direito de resposta

29. Todas essas e outras pautas da luta pela democratização se desdobram em várias ações que precisam ser acompanhadas. Para orientar a ação das entidades e comitês, o FNDC vai disponibilizar um anexo com as informações mais atuais sobre essas pautas.

Fortalecer o movimento pela democratização da comunicação

30. Como já dito no documento de balanço, a estratégia do FNDC no último período buscou combinar a mobilização do movimento social para coletar assinaturas para o Projeto de Lei da Mídia Democrática; aproximar o FNDC das mais variadas iniciativas em defesa da democracia (Plebiscito da Reforma Política, Frente Brasil Popular, entre outros) e manter uma atuação em torno de pautas estruturantes que, se encaminhadas pelo governo, já poderiam alterar sobremaneira o cenário de concentração e ausência de pluralidade e diversidade na mídia brasileira.

31. Desde a Confecom, o movimento de luta pela democratização da comunicação cresceu e se espalhou para outros segmentos que, até então, tinham pouca ou nenhuma relação com o tema. A denúncia do monopólio midiático no Brasil e do papel conservador que os grandes veículos têm cumprido no cenário nacional e internacional cresceu. O movimento sindical, estudantil, comunitário, de mulheres, LGBT, negros e tantos outros passaram a incluir no seu discurso político a necessidade de lutar por uma comunicação mais democrática. A manipulação e a parcialidade da grande mídia passaram a ser tão explícitas, que sua credibilidade tem sido questionada por muitos.

32. Ao lado disso, cresceu o ativismo digital, o jornalismo feito de forma colaborativa e sem as imposições dos donos de jornais. Florescem sites, blogs e redes sociais feitos por jornalistas, comunicadores sociais de todos os tipos, que disputam a opinião pública a partir de uma narrativa



contra-hegemônica dos fatos, e buscando pautar temas e acontecimentos que são ignorados cotidianamente pela grande mídia.

33. Tudo isso contribuiu para que o FNDC crescesse e ampliasse ainda mais o seu protagonismo político. Isso ficou ainda mais explícito recentemente, durante a campanha de filiação e cadastramento do FNDC. Foram 69 entidades nacionais e cerca de 460 entidades regionais que reafirmaram ou se filiaram no FNDC, num claro reconhecimento da centralidade da luta pela democratização da comunicação e o reconhecimento de que o FNDC é o pólo articulador e propulsor desta luta.

34. Contudo, é preciso registrar que o fato de termos mais atores sociais falando da urgência em se democratizar os meios de comunicação ainda não se desdobrou, efetivamente, em ação política por parte de todos esses movimentos.

35. A dificuldade de engajar efetivamente os vários movimentos em torno da coleta de assinaturas do PLIP, por exemplo, se deve, em parte, a esta dificuldade. O discurso da democratização da mídia ainda não é militante. Os movimentos sociais ainda têm dificuldades de conciliar sua pauta política específica com a pauta da comunicação.

36. Para além do PLIP, a amplitude e transversalidade da pauta da comunicação dificulta a mobilização e o engajamento cotidiano. São dezenas de temas e pautas que vão de políticas de telecomunicação, passando pela RTV comunitária, pública, a discussão do monopólio privado, a digitalização.

37. Por isso, temos que cuidar mais e melhor da nossa organização para potencializar nossa ação política em torno da luta por uma comunicação mais democrática.

Fortalecer o Conselho Deliberativo e os Comitês Locais do FNDC

38. Envolver mais entidades no cotidiano das ações do FNDC é tarefa de primeira ordem se quisermos avançar no nosso movimento. Além das reuniões semestrais do Conselho Deliberativo, precisamos encontrar formas de envolver as entidades na representação política do FNDC em atividades pelo país, na formulação de propostas para os vários temas da nossa agenda e criar grupos de trabalho para coletivar as tarefas de organização, formação e comunicação do FNDC.

39. Os comitês locais do FNDC devem buscar ampliar o número de entidades filiadas e participantes do dia a dia da luta no município/estado/região. Fortalecer os comitês, dinamizando sua ação política é o que efetivamente permitirá atingirmos os objetivos estratégicos definidos no início deste documento.

40. A principal riqueza do movimento de luta pela democratização da comunicação é a sua diversidade. Aglutinamos os mais variados segmentos profissionais e de atuação do movimento social. Isso exige amplo diálogo, respeito às diferenças e a busca da unidade como vetor fundamental para a nossa ação coletiva. Por isso é imprescindível que todas as instâncias do FNDC, seus espaços de interlocução sejam desenvolvidos com democracia e transparência para que nossa ação se fortaleça.



Formação: aprender para formular e agir

41. Faz parte indissociável do esforço de fortalecer o movimento de luta pela democratização da comunicação a tarefa de realizar cursos, seminários e organizar estudos com o objetivo de aprimorar a formação política dos ativistas do movimento social em torno das agendas da comunicação.

42. O plano de formação precisa contemplar vários temas e níveis de compreensão diferenciados dos militantes em torno dos temas. Precisa combinar iniciativas presenciais e de formação à distância.

43. Neste período vamos procurar oferecer em nível nacional e para os comitês, programas de formação a serem desenvolvidos para que possamos ter uma atuação mais forte e qualificada na luta pela democratização da comunicação.